

# MUNDO ANTIGO E MODELOS NORMATIVOS MODERNOS: HELENIZAÇÃO E ACULTURAÇÃO

Thiago do Amaral Biazotto\*

**RESUMO:** Este artigo objetiva analisar o conceito de helenização, fazendo uma discussão teórica de seu surgimento, nos escritos de Johann Gustav Droysen, e suas críticas a partir da perspectiva de Arnaldo Momigliano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Helenização, J. G. Droysen, A. Momigliano

## ANCIENT WORLD AND MODERN NORMATIVE MODELS: HELLENIZATION AND ACCULTURATION

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the concept of hellenization, making a theoretical discussion of its origins – in the writings of Johann Gustav Droysen – and its criticisms from Arnaldo Momigliano's perspective.

**KEYWORDS:** Hellenization, J. G. Droysen, A. Momigliano

---

\* Graduado em História pela Unicamp. Este texto é parte de minha monografia de Licenciatura em História, de título "A construção do(s) helenismo(s): greco-macedônios e autóctones nas obras de Droysen, Jouguet e Momigliano", defendida em 21/11/2013. Gostaria de registrar meus agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro Paulo Funari, e aos membros da banca, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Aline Carvalho e Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Claudio Carlan. A título de esclarecimento, neste trabalho, como noutros de minha lavra, usa-se "Antigo" com referência ao período que vai até a chamada queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C. Já o uso de "moderno", como na tradição acadêmica britânica, é usado para referir-se ao período que vai desde a queda do Império Romano do Oriente, em 1453, até os dias atuais. Contato: thiago\_a\_b@yahoo.com.br.

## **Introdução**

Um das principais temáticas com as quais se ocupa o estudioso do período helenístico (323 a.C. – 30 a.C.) é o da disseminação da cultura grega sobre o Oriente, a chamada helenização. Este conceito, embora se refira a sociedades e culturas pretéritas, é de origem moderna e, portanto, possui data e local de nascimento definidos: durante o século XIX, no contexto de unificação do Estado alemão sob o espectro da Prússia e reporta-nos aos escritos do historiador, filólogo e político Johann Gustav Droysen (1808-1884). Sendo assim, o objetivo deste artigo é fazer uma análise crítica do referido conceito, explicitando suas origens, suas bases teóricas e suas críticas mais recentes.

## **Helenização: conceitos e problemáticas**

Como ocorre com quase todos os conceitos das ditas ciências humanas, encontrar uma definição peremptória do vocábulo helenização é tarefa árdua, de modo que, para dar início à discussão, opta-se por apresentar duas delas. A primeira é da arqueóloga Rachel Mairs e foi extraída do *The Encyclopedia of Ancient History*, organizada pela Universidade de Oxford:

Hellenization refers to the spread of Greek culture and its adoption by non-Greek peoples. The term is most commonly used with reference to the period after Alexander the Great(...)Modern notions of “Hellenization” can encompass all kinds of cultural behavior, from language use, to the adoption of Greek forms of dress, to intellectual culture. A place or a group of people may be described as having “been hellenized,” as passive recipients of cultural influence (MAIRS, 2011: 1-2)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> “Helenização refere-se à propagação da cultura grega e sua adoção por povos não-gregos. O termo é mais comumente usado referindo-se ao período após Alexandre, o Grande. (...) Noções modernas de “Helenização” podem envolver todos os tipos de comportamento cultural, do uso

## *Mundo Antigo e modelos normativos modernos.*

A outra alocução é de Paul Cartledge, professor de História Grega em Cambridge, e extraída da introdução de *Hellenistic constructs: essays in culture, history and historiography*: “Hellenization (...) may be meant the adoption or adaption of Greek names, words and institutions but also the reception of Greek political ideias, lifestyle and literacy, artistic and architectural ideas and practices” (1997: 5)<sup>2</sup>.

Reunindo as proposições de Mairs e Cartledge, temos que a tese magna da helenização é difusão da cultura greco-macedônia sobre o Mundo Antigo e as populações autóctones, que de bom grado aceitam os ditames culturais estrangeiros. O processo de helenização seria exprimido e atestado pelo fato de os locais aprenderam o grego *koiné* – uma vertente do grego clássico –, adotarem a cultura material trazida desde a Hélade e, em larga medida, emularem os seguidores de Alexandre. Por meio desta emulação, considerava-se que eles poderiam se transformar em gregos. Não tardou para que certa historiografia engolfasse as ideias de helenização e progresso, muito devido às analogias feitas entre as conquistas de Alexandre e o moderno colonialismo europeu, aspecto que será esmiuçado com mais cuidado ao longo do texto.

Por se tratar de um conceito moderno, a helenização foi assentada tendo como ponto de partida outro princípio, o de aculturação. Não obstante ter sido definida de modo mais sistemático por antropólogos americanos

---

da língua à adoção de vestimentas gregas e de sua cultura intelectual. Um lugar ou grupo de pessoas podem ser descritos como “sendo helenizados” como receptores passivos de influência cultural”. Todas as traduções realizadas neste artigo são de minha autoria.

<sup>2</sup> “Helenização pode significar a adoção ou a adaptação de nomes, palavras e instituições gregas, mas, também, a recepção de ideias políticas, estilo de vida, literatura, ideias e práticas artísticas e de arquitetura gregos”.

*Thiago do Amaral Biazotto*

na década de 1930 – como R. Redfield<sup>3</sup>, R. Linton<sup>4</sup> e M. Herskovits<sup>5</sup>, compiladores do *Memorandum for the study of acculturation*, a aculturação tem seus matizes enraizados no século XIX, no exato momento em que Droysen escreveu seu *Geschichte Alexanders des Grossen*, responsável por inaugurar o termo helenização. Sendo assim, por mais que Droysen não cite de forma explícita este conceito, muitas vezes ele surge implícito nas páginas do prussiano. De modo a melhor organizar o texto, nos deteremos agora às formulações e críticas à aculturação para, na sequência, vemos como ela e a helenização aparecem imbricados.

A aculturação tem a premissa teórica basilar de que as sociedades caminham em direção a um todo estável e homogêneo, num processo segundo o qual as classes tidas como subalternas emulam e assimilam, de maneira axiomática, os preceitos culturais de seus superiores (FUNARI & GRILLO, 2012: 1-2). Estabelece-se, assim, toda uma série de oposições binárias entre superior/inferior, colonizador/colonizado e civilizado/ bárbaro, que – em longo prazo e por meio dos processos de aculturação - tendem a ser superadas, uma vez que as práticas culturais das elites se sobreporiam às dos subalternos, eliminando tais binarismos. Deste modo, chegar-se-ia à homogeneidade social, exprimida pelos três pilares do Estado Nacional moderno: uma terra, um povo, um idioma, preceitos oriundos do século XIX. (FUNARI & GARRAFFONI, 2012: 3).

Ciente de todo o debate epistemológico e conceitual em torno da aculturação, a Social Science Research Council (EUA), nomeou um comitê

---

<sup>3</sup> Robert Redfield (1897 – 1958): antropólogo americano, especialista em culturas mesoamericanas e foi professor da Universidade de Chicago.

<sup>4</sup> Ralph Linton (1893-1953): influente antropólogo americano que lecionou na Universidade de Yale.

<sup>5</sup> Melville Herskovits (1895 – 1963): antropólogo americano responsável por propugnar o estudo da África e de suas sociedades nas academias estadunidenses.

*Mundo Antigo e modelos normativos modernos.*

para discutir este conceito. De forma a sistematizar e divulgar as ilações obtidas naqueles encontros foi publicado, em 1936, o *Memorandum for the study of acculturation*, a cargo de R. Redfield, R. Linton e M. Herskovits. De maneira esquemática, a aculturação é definida da seguinte maneira nesse texto:

Acculturation comprehends those phenomena which result when groups of individuals having different cultures comes into continuous first-hand contact, with subsequent changes in the original cultural patterns of either or both groups (REDFIELD, LINTON & HERSKOVITS: 1936: 149)<sup>6</sup>

Desta definição, chega-se ao seguinte entendimento quanto às resultantes do contato entre grupos de diferentes práticas culturais: “aceitação”, segundo a qual o processo de aculturação faz com que uma maior porção de uma cultura se sobreponha à outra. Isto se dá com consentimento dos membros do grupo tido como aculturado. Também se pode chegar à “adaptação”, em que os traços originais e estrangeiros são combinados de modo harmônico, com uma reformulação dos padrões das duas culturas em um todo concordante, salutar para os indivíduos envolvidos. Por fim, tem-se a “reação”, em que, por conta da opressão do estrangeiro ou por causa dos resultados imprevistos na aceitação de seus traços, surgem movimentos contra-aculturativas que desejam manter as raízes culturais autóctones, ora como compensação para uma inferioridade imposta ou assumida, ora por meio de um retorno às antigas condições pré-aculturativas (REDFIELD, LINTON & HERSKOVITS: 1936: 152).

---

<sup>6</sup> “Aculturação compreende aqueles fenômenos que resultam quando grupos de indivíduos com diferentes culturas entram em contato contínuo de primeira mão, com alterações posteriores nos padrões culturais originais de um ou de ambos os grupos”.

*Thiago do Amaral Biazotto*

Demonstradas, mesmo que em linhas gerais, as teses da helenização e da aculturação, pode-se afirmar que seus pontos de contato dão-se pelo fato de que ambas nascerem no auge da moderna ação colonial moderna, na qual o discurso vigente era o Ocidente levando o progresso e a modernização a todos os rincões do mundo (JONES, 1997: 33). Assim, se na aculturação apregoa-se que o inferior busca emular seu superior, a helenização toma esse tropo e aplica-o ao Mundo Antigo; a ideia de que os gregos eram dotados de uma superioridade inquestionável era ubíqua na historiografia da Europa moderna, que se considerava lúdima herdeira da tradição clássica:

Os mundos grego e romano como entidades homogêneos, como seriam as nações modernas. Na mesma linha de raciocínio, os estados modernos consideravam que estavam espalhando uma cultura ocidental superior para os povos coloniais inferiores, ávidos por adotar uma cultura mais desenvolvida. Os classistas cunharam os termos “helenização” e “romanização” para se referir à suposta adoção dos traços culturais superiores helênicos e romanos (...) (FUNARI, 2004: 4)

Tais linhas teóricas, outrossim, têm sido criticadas desde a segunda metade do século XX, fruto de reivindicações feitas a partir de pontos de vista socialistas, anarquistas, feministas, comunistas e libertários diversos que, cada qual a seu modo, desafiaram as dicotomias da estirpe de civilizado/bárbaro, superior/inferior e acultrador/aculturado. A respeitável capilaridade de tais manifestações acabou por influenciar a teoria social, propondo modelos de interpretação cultural mais matizados e fluidos, atentando às diversidades encontradas no interior de quaisquer agrupamentos humanos, quais sejam relativos à etnia, à sexualidade, à condição econômica ou às práticas culturais, entre muitos outros (FUNARI & GARRAFFONI, 2012: 2-4).

### *Mundo Antigo e modelos normativos modernos.*

Estas críticas aos modelos normativos de cultura atingiram a aculturação e a helenização.

No que concerne à aculturação, afirma-se que ela preconiza uma notável superioridade europeia, da passagem da cultura autóctone à estrangeira como marco de progresso inefável, num jogo em que a gramática cultural é comandada pelo *status* de civilizado, branco, heterossexual e austero do conquistador, seja ele um *gentleman* britânico ou - num processo análogo – um destemido combatente do exército de Alexandre. Também se tem percebido que, embora em suas formulações a aculturação aponte para a possibilidade de mútua mudança cultural, seu uso tende a reforçar a influência unilateral, como uma cultura superior dominando outras, inferiores (PINTO, 2011: 80, BURKE, 2003: 44). A aculturação, em suma, tem sido criticada por apresentar “um programa no decorrer do qual o indivíduo ou a sociedade se aproximasse do modelo ocidental” e que “realiza um corte artificial (e carregado de duvidosa ideologia) que separa as sociedades ditas ‘primitivas’ e as sociedades propriamente ‘históricas’” (WATCHEL, 1995: 113, 122).

Já no que diz respeito à helenização, declara-se ser um conceito por demais excludente, posto que ignora as influências dos autóctones para a edificação cultural do período helenístico (MAIRS, 2011: 5). Também se afirma que ele é edificado numa rígida e dicotômica cisão entre as identidades gregas e indígenas que é inconcebível, ao menos à luz dos vestígios materiais (JONES, 1997: 133). A helenização, assim, limita todos os complexos processos de interação cultural na Antiguidade a uma estreita passagem da civilização inferior à outra superior, em consonância com o imperialismo europeu que enxergava as conquistas de Alexandre como marcos de avanço e progresso. Como resumem Funari e Garraffoni (2012: 4): “All the normative

tenets behind such concepts as Hellenisation and Romanisation were applied to the ancient world in modern imperial projects”<sup>7</sup>.

Se como notou Burke (2003: 20), nos dias atuais “Os historiadores da Antiguidade (...) estão se interessando cada vez mais pelo processo de “helenização”, que estão começando a ver menos como uma simples imposição da cultura grega (...)”, parece ser adequado para o momento voltar à criação deste conceito, esmiuçando como ele surge na historiografia, tendo como seu marco zero os escritos de Droysen, para, depois, passar às críticas formuladas por Momigliano.

### **O conceito de helenização: a formulação de Droysen**

Johann Gustav Droysen nasceu em Treptow, na Pomerânia, a 6 de julho de 1808, filho de um capelão protestante. Em 1826, ingressou em Filologia Clássica na Universidade de Berlin (MÉCHIN, 2010: 17-18). Em 1831, Droysen termina seu doutorado *On the Kingdom of the Lagids under Ptolemaus IV Philomethor*, e, em 1833, por fim, lança seu *magnum opus*: *Geschichte Alexanders des Grossen*. O classista era fervoroso defensor da unificação alemã sob as austeras rédeas prussianas, fato precípua para o entendimento de suas elocuições, que, muitas vezes, traçam analogias explícitas entre a Prússia e Macedônia (CALDAS & SANTA'ANA, 2008: 93-4).

Em 1840, Droysen é admitido como professor na Universidade de Kiel, onde se convenceu de que a História da Prússia seria a nova vedete em seus estudos, em detrimento ao Mundo Antigo (SOUTHARD, 1995: 32). Em 1848, é convidado a assumir um cargo político; tomando posse como parlamentar na Assembleia de Frankfurt. Em 1851, é nomeado professor

---

<sup>7</sup> "Todos os princípios normativos por detrás de conceitos como helenização e romanização foram aplicadas ao Mundo Antigo em projetos imperiais modernos"



*Mundo Antigo e modelos normativos modernos.*

na Universidade de Jena e, exortado por convicções políticas cada vez mais arraigadas, começa a empreender uma monumental obra sobre História da Prússia, sonho que perdurou até a década de 1870. Em 1859, Droysen atinge o auge de qualquer intelectual de sua época: é nomeado professor na Universidade de Berlim, epicentro de toda a pungente ciência germânica do século XIX onde permaneceu até sua morte em Junho de 1884 (BENTIVOGLIO, 2010: 30).

Droysen, ademais, foi responsável pela cunhagem do termo erudito “helenismo” na era moderna, usado para se referir à cultura greco-macedônia que triunfou, como as armas das falanges, sobre as hordas asiáticas, fazendo do helenismo a obra magna de Alexandre: uma semente cultural que floresceu sobre os campos de batalha calcinados pela marcha de seus soldados:

Alexandre os encerrou (os conflitos entre Oriente e Ocidente) ao aniquilar o império dos persas, ao conquistar todo o território situado entre o deserto africano e a Índia, ao afirmar a supremacia da civilização grega sobre a cultura declinante dos povos asiáticos. Enfim, ao gerar o helenismo (DROYSEN 2010: 37).

O êxito do helenismo no Oriente fez a razão exultar, de forma tal que Bosworth (2006: 5) alega que Droysen via nos princípios políticos helenísticos, responsáveis primeiro por conquistar e depois civilizar o mundo, uma inspiração que deveria ser repetido na era moderna. As ações monumentais do conquistador e de seus seguidores deveriam servir de admoestação aos prussianos contemporâneos a Droysen, a quem era reservado o dever de unificar o Estado Alemão. A Macedônia é travestida como a Prússia da Antiguidade. Como asseveram Funari e Grillo:

O período helenístico foi de caráter formativo, no qual se verificou o estabelecimento de um Estado unitário, prefigurando, de certa maneira, o processo de reunificação da Alemanha de seus dias, situação que

*Thiago do Amaral Biazotto*

facilitava a aceitação da figura de Alexandre como inaugurador de uma nova era baseada em princípios culturais e políticos que conduziam a um mundo civilizado (FUNARI e GRILLO, 2012: 2).

Neste cenário de Império helenístico, coeso graças à obra de Alexandre, surge o conceito de “helenização”: a adoção acrítica dos apanágios culturais helênicos pelos vencidos. A primeira menção a tal fenômeno dá-se na altura da página 292, com o uso do verbo “helenizar”: “os asiáticos incorporados nas fileiras do grande exército iniciavam-se na disciplina macedônia e começavam lentamente a se helenizar” (2010: 292). De acordo com o classista, ao longo de suas intermináveis campanhas, Alexandre deve de organizar um sistema de recrutamento na Ásia, de modo fomentar o regimento macedônio para os futuros embates (2010: 291). Esses agrupamentos militares já haviam passado por significativas mudanças sob as ordens de Alexandre, tornando-se mais eficientes graças à adoção de tropas leves e aumento do contingente de cavalaria. (2010: 123). As falanges alexandrinas, tão imbuídas de fibra e moral, tão bem treinadas, comandadas com tamanho brilhantismo e organizadas de forma tão sagaz, partiram rumo à Ásia com a “certeza da vitória” (2010: 126). A mensagem de Droysen é inequívoca: a helenização dá-se primeiro no exército, grupo que carrega da maneira mais egrégia os valores gregos: “Ao conseguir assimilar tamanha quantidade de elementos estrangeiros e adaptá-los às formações macedônias, esse exército tornou-se, de alguma maneira, um núcleo de educação helênica” (2010: 343).

Ao entrarem em contato com a incontestada sobriedade, a inabalável moral, a rigorosa disciplina e a gigantesca superioridade bélica dos batalhões de Alexandre, os asiáticos passariam a incorporar os hábitos que regiam a

### *Mundo Antigo e modelos normativos modernos.*

vida dos greco-macedônios nos campos de batalha. Ao tomarem ciência do quanto tais costumes eram salutares, passariam de bom grado a adotá-los, fazendo do exército a grande ferramenta para a disseminação da cultura grega:

Nada podia contribuir tanto para a helenização dos povos quanto habituar a juventude persa aos regulamentos militares macedônicos, acolhê-los (...) no seio do exército imperial e insuflar-lhe um espírito militar que desempenhava nele o papel do espírito nacional, de modo que o império unificado engendrasses um novo patriotismo (2010: 448-9).

As analogias entre a helenização – o alastrar de uma cultura superior - e o desejo de Droysen de ver alvorecer do Estado Alemão tingido pelas vivas cores da grandeza cultural e pujança militar prussiana são nítidos. Se os exércitos de Alexandre promoveram a helenização e a difusão de valores culturais mais excelsos, tal era a exata missão da Prússia; capitanear a potência germânica rumo ao destino de legisladores da era Moderna.

O conceito de helenização que nasce com Droysen tornou-se deveras popular e toda uma série de tomos foi escrita inspirada nas letras do erudito prussiano. Neles, o principal interesse residia na difusão da cultura grega como um “motor de aculturação”, a civilizar energeticamente as populações indígenas (ALCOCK, 1994: 171-88). Contudo, a partir da década de 1970 e da publicação de *Alien Wisdom: The Limits of Hellenization*, por Arnaldo Momigliano, a tese de uma absoluta helenização do Oriente passou a ser desdita, de forma que deteremos agora nossa análise em algumas das formas através das quais o historiador italiano questionava o espraiar inquestionável da cultura grega sobre as planícies asiáticas.

### **O conceito de helenização: as críticas de Momigliano**

Arnaldo Dante Momigliano nasceu no quinto dia de setembro de 1908, na cidade de Caraglio, província de Cuneo, norte da Itália. Oriundo de linhagem judaica, iniciou seus estudos em meados da década de 1920 na Faculdade de Letras da Universidade de Torino. Momigliano foi nomeado professor de História Grega na Universidade de Roma em 1932, além de contribuir com a *Enciclopedia Italiana*. Em 1936, é apontado para a cátedra de História Romana da Universidade de Torino, mas a publicação do *Manifesto della razza italiana*<sup>8</sup> por parte do governo Mussolini fez com que fosse afastado de seu cargo (HÜBSCHER 2010: 12). Em 1939, outrossim, o erudito consegue exílio em Oxford, onde seu trabalho foi reconhecido e saudado. Em 1962, Momigliano assume a cátedra de História Antiga na *University College London*. Ainda em terras britânicas, contribui com verbetes no *Oxford Classical Dictionary* e na *Encyclopaedia Britannica*, além de ter recebido a honraria de *Knight Commander of the Order of the British Empire*, em 1974. Aposentado em 1975, assume o cargo de *Alexander White Visiting Professor* na Universidade de Chicago, onde ficaria até sua morte, a primeiro de setembro de 1987 (HÜBSCHER, 2010: 7).

*Alien Wisdom: The Limits of Hellenization* – obra fundamental no questionamento à helenização - reúne sob a forma escrita as conferências proferidas por Momigliano na Universidade de Cambridge, em 1973, e no Bryan Mywar College, em 1974. Nela, o erudito piemontês defende que o acontecimento de primeira grandeza durante as conquistas de Alexandre foi

---

<sup>8</sup> Promulgado em agosto de 1938, *Manifesto della razza italiana* propugnava as leis do regime fascista italiano, cassando a cidadania dos judeus e demonstrando a influência de Adolf Hitler sobre Benito Mussolini.

*Mundo Antigo e modelos normativos modernos.*

a descoberta, da parte dos greco-macedônios, de povos até então obscuros, quais sejam os romanos, os judeus e os celtas. Mesmos os persas, familiares desde tempos idos, haviam passado por mudanças de grande ordem, tendo o profeta Zoroastro<sup>9</sup> substituído o monarca Ciro<sup>10</sup> como sua figura mais ilustre (1991: 10).

A expansão territorial promovida pelas falanges alexandrinas, no entender de Momigliano, teria fomentado uma intensa curiosidade nos gregos a respeito daquelas populações até então quase desconhecidas, fazendo com que eles passassem a avaliar seus traços culturais cotejando-os aos dos nativos, assimilando, rejeitando e adaptando as singularidades com as quais se defrontavam. “O que desejo verificar é como os gregos vieram a conhecer e avaliar esses grupos de não-gregos em relação à sua própria cultura civilização”, disserta o historiador (1991: 13).

Tão logo tomaram ciência da diversidade cultural e pujança intelectual que havia ao seu redor, os helenos passam a desenvolver o conceito que o piemontês chama de “sabedoria bárbara”<sup>11</sup>: “A noção de um saber bárbaro conquistou estabilidade e aceitação entre aqueles que se consideravam gregos” (1991: 14). Esta noção, de maneira esquemática, se relacionada à necessidade que os gregos sempre sentiram de “estudar as singularidades dos estrangeiros” (1991: 71). Nos séculos V e IV a.C. já havia

---

<sup>9</sup> Zoroastro, nome grego para o profeta persa Zaratustra, nasceu em meados do século VII a.C. Foi o fundador da doutrina religiosa adotada pelos aquemênidas, caracterizada pelo dualismo entre os espíritos do Bem (Ahura Mazda) e do Mal (Arimã).

<sup>10</sup> Ciro II, codominado “o Grande”, foi o fundador do Império Persa, que governou de 559 a 530 a.C.

<sup>11</sup> A ideia de “sabedoria bárbara” – “alien wisdom”, no original –, sabe-se lá por qual motivo, foi suprimida do título da edição nacional. Se na versão em inglês “alien wisdom” é a denominação principal, na tradução brasileira optou-se por “os limites da helenização”, subtítulo original, acrescido de “a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa”, aparentemente uma invenção do tradutor.

*Thiago do Amaral Biazotto*

entre os habitantes da Hélade a vaga consciência de que “sábios do Oriente” poderiam dissertar sobre a natureza humana. Mesmo o grande estagirita Aristóteles, preceptor de Alexandre, tinha alguma curiosidade sobre um certo “saber do Oriente” (1991: 78). Durante o período helenístico, contudo, a ideia de “sabedoria bárbara” cresceu de maneira assombrosa, fazendo com que figuras como Hermes Trimegisto<sup>12</sup>, Zoroastro e Abraão<sup>13</sup> exercessem notável influência com suas próprias doutrinas, desde que fossem professadas em grego (1991: 14).

Do que foi anunciado, já é possível perceber uma das maneiras como Momigliano critica a helenização: partindo da hipótese que pensadores de origem não-grega, por meio de concepções filosóficas sofisticadas, se estabeleceram e se tornam percucientes no período helenístico. No entendimento do italiano, os helenos possuíam a capacidade de perceber a existência de sábios e saberes oriundos dos mais longínquos rincões, embora tal constatação só fosse perceptível em maior escala a partir das conquistas de Alexandre. O interesse que havia na doutrina do Zoroastro, por exemplo, atestaria que as relações entre gregos e locais não estavam restritas à assimilação das práticas helênicas pelos autóctones. A noção de “saberes bárbaros”, portanto, reduz a tese da helenização à medida que estes saberes foram incorporados à cultura grega, conforme fosse o desejo dos helenos. Um grande exemplo, conforme aponta Mossé (2004: 169), seria a biblioteca de Alexandria, recheada de “obras pertencendo ao que o grande historiador Arnaldo Momigliano chamou de as ‘sabedorias bárbaras’”.

---

<sup>12</sup> Hermes Trimegisto é o nome dado pelos filósofos neoplatônicos ao deus egípcio Thoth, identificando-o com o deus grego Hermes, pelo fato de ambos serem os deuses da magia e escrita nas respectivas culturas.

<sup>13</sup> Abraão é figura bíblica citado no Livro do Gênesis, que, de acordo com a Bíblia, foi o fundador do monoteísmo hebraico.

## *Mundo Antigo e modelos normativos modernos.*

Partindo desses aspectos, Momigliano advoga em favor do conceito de “civilização helenística”, que ele julgava mais adequada na investida de albergar toda a diversidade cultural encontrada no seio daquela civilização:

A civilização helenística permaneceu grega na língua, nos costumes e, sobretudo na consciência de si mesmos. (...) Isso significou que judeus, romanos, egípcios fenícios, babilônios e até indianos (...) se inseriram na literatura grega com suas próprias colaborações (...). No panteão grego foram admitidos mais deuses estrangeiros do que em qualquer época desde a pré-história (...). Era um sincretismo assimétrico que foi particularmente bem sucedido na Itália (Etrúria e Roma), deixou sua marca em Cartago, na Síria e no Egito, foi mal sucedido na Judéia, bastante insignificante na Mesopotâmia e afetou pelo menos a iconografia senão a essência da religião indiana por meio da arte gândora (1991: 13-4).

Sendo Momigliano um erudito que estabelecia relações “(...) entre as ideias e a realidade social, entre o tópico que estava sendo examinado e sua historiografia, entre o Mundo Antigo e o moderno, inclusive o nosso (...)” (FINLEY, 1989: 76-7), parece ser plausível admitir que ele tenha recebido influxos dos movimentos sociais modernos quando propõe uma interpretação mais matizada e plural das relações culturais do período helenístico.

Assim, de acordo com Mairs (2010: 4), a mudança no conceito de helenização proposta por Momigliano encontra ecos na teoria social vigente à sua época: assistia-se à criação de termos como crioulização e hibridismo<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Burke (2003: 53-5) ressalta que a expressão “hibridismo cultural”, entendida como uma mistura equânime de tradições culturais diferentes, aparece com frequência nos estudos pós-coloniais, em particular na obra de Edward Said, sendo, todavia, criticável por “evocar o observador externo que estuda a cultura como se ela fosse a natureza e os produtos de indivíduos e grupos como se fossem espécimes botânicos”. Já quanto à crioulização, Burke apregoa ser um conceito que nasce de bases da Linguística, em que “duas línguas em contato se modificam e ficam mais

de forma a problematizar as relações culturais. Assim, a partir dos exemplos de Droysen e Momigliano, viu-se como os contextos políticos influem nas nomenclaturas criadas na modernidade para se referir ao Mundo Antigo, usando da helenização como estudo de caso.

### **Considerações finais**

Este artigo tentou dar conta de apresentar como se deu o surgimento do conceito de helenização, discutindo também alguns de seus limites e críticas. Avaliou-se como suas formulações foram influenciadas por diversos contextos políticos, seja em sua primeira enunciação em analogia com a surgimento do Estado Alemão, seja nas críticas que ele recebe no mundo hodierno, marcado pela defesa das diversidades locais e do multiculturalismo. Deste modo, a ideia de helenização está longe de ser plasmada, fazendo da investigação das raízes ideológicas que sustentam conceitos modernos aplicados à Antiguidade uma das mais fulcrais ocupações do historiador que se debruça sobre o Mundo Antigo, conforme defende Silva:

Talvez caiba à História da Antiguidade, de modo geral, hoje, uma percepção maior acerca de suas apropriações, acerca do papel que desempenhou e desempenha em relação às construções identitárias, às reivindicações políticas, enfim, aos mais distintos jogos discursivos (SILVA, 2007: 32).

---

parecidas e assim ‘convergem’ e criam uma terceira, que frequentemente adota a maior parte de seu vocabulário de uma das línguas originais e sua estrutura ou sintaxe de outra” (2003: 61), numa interpretação da dialética cultural que também dá ênfase às relações harmônicas entre dois tipos de tradição cultural.



## **Referências bibliográficas**

- ALCOCK, S. "Breaking up the Hellenistic world: survey and society" in MORRIS, I. *Classical Greece: ancient histories and modern archaeologies*. New York: Cambridge University Press, pp. 171- 190, 1994
- BOSWORTH, A. "Alexander the Great and the creating of the Hellenistic age". In: BUGH, G. (ed.) *The Cambridge companion to the Hellenistic world*. Cambridge University Press, pp 9-27, 2006.
- BURKE, P. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.
- CALDAS, P, SANT'ANNA, H.. "Fixar a onda de luz: a transição das épocas históricas no conceito de helenismo em Johann Gustav Droysen". *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 01, pp. 88-101, 2008.
- CARTLEDGE, P. "Introduction" in CARTLEDGE, P., GARNSEY, P., GRUEN, E. *Hellenistic constructs: essays in culture, history, and historiography*. Berkeley: Univ. Of California, 1997.
- DROYSEN, J. *Alexandre: o grande*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- FUNARI, P. P. A. *A Arqueologia Clássica e a construção da Antigüidade*. História e-História, pp. 1-7, 07/09/2004, 2004
- FUNARI, P. P. A., GARRAFFONI, R. *Discussing acculturation as an interpretive model: Romanisation as a case-study*. São Paulo: MASP, 2012, Manuscrito inédito usado com autorização dos autores.
- FUNARI, P.P.A., GRILLO, J. *Os conceitos de "helenização" e de "romanização" e a construção de uma Antigüidade Clássica*. Manuscrito inédito usado com autorização dos autores. 2012

*Thiago do Amaral Biazotto*

JONES, S. *The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. London: Routledge, 1997.

MAIRS, R. "Hellenization" in BAGNALL, R., BRUDERSEN, K., CHAM

PION, C., ERSKINE, A. HUEBNER, S. (orgs.) *The Encyclopedia of Ancient History*, Oxford University Press, 2011.

MÉCHIN, B. "História e poesia" in DROYSEN, J. *Alexandre: o grande*. Rio de Janeiro: Contraponto, pp. 15-31, 2010.

MOMIGLIANO, A. *Os limites da helenização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

MOSSÉ, C. *Alexandre, o Grande*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

PINTO, R. *Duas Rainhas, um Príncipe e um Eunuco: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana*. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

REDFIELD, R., LINTON, R., HERSKOVITS, M. "Memorandum for the study of acculturation", *American Anthropologist*, New Series, Vol. 38, No. 1 Jan. – Mar, 149-152, 1936.

SILVA, G. *História Antiga e usos do passado: um estudo das apropriações sob o regime de Vichy (1940-1944)*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2007.

SOUTHARD, R. *Droysen and the Prussian School of History*. Kentucky University Press, 1994.

WACHTEL, N. "A Aculturação" in LE GOFF, J. & NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, RJ: F. Alves, pp. 113-128, 1995.